



# Prefeitura Municipal de Echaporã

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

CIDADE DE  
**Echaporã**  
Governo de Responsabilidade

Ofício nº. 164/019

Echaporã/SP, 19 de novembro de 2019.

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE:**

Com nossos cordiais cumprimentos, servimos do presente, mui respeitosamente, solicitar desta conceituada Casa de Leis, uma **Reunião Extraordinária**, em data e horário a serem designadas por Vossa Senhoria, para votação do **Projeto de Lei nº 045/2019** que segue acostado ao presente, tendo em vista a urgência para atendimento as necessidades da administração.

Sem mais para o momento e certos de contarmos com vossa preciosa colaboração, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
LUIS GUSTAVO EVANGELISTA  
Prefeito Municipal

A VOSSA EXCELÊNCIA, O SENHOR.  
LUIS CESAR DOS SANTOS  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA.  
ECHAPORÃ/SP

Recebido  
29/11/2019  
(2)



# Prefeitura Municipal de Echaporã

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

CIDADE DE  
**Echaporã**  
Governo de Responsabilidade

## PROJETO DE LEI Nº 045/2019.

**“ALTERA O PARÁGRAFO 2º DO ART. 08º DA LEI MUNICIPAL 1928/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**LUIS GUSTAVO EVANGELISTA**, Prefeito Municipal de Echaporã, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O parágrafo 2º da Lei 1928/2017 passa a ter a seguinte redação:

**“Parágrafo 2º** - O contratado nos termos desta lei estará sujeito aos mesmos deveres previstos no Estatuto do Magistério de Echaporã.”

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Echaporã/SP, em 19 de novembro de 2019.

**LUIS GUSTAVO EVANGELISTA**  
**Prefeito Municipal**





# Prefeitura Municipal de Echaporã

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

CIDADE DE  
**Echaporã**  
Governo de Responsabilidade

## - JUSTIFICATIVA -

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Nobres Edis:

Echaporã /SP, 19 de novembro de 2019.

Encaminho para apreciação dos nobres vereadores o presente Projeto de Lei que altera o parágrafo 2º do art. 08º da lei municipal 1928/2017 e da outra providência.

Justifica-se a presente propositura a necessidade de os contratados emergenciais terem que cumprir as mesmas obrigações assumidas pelos docentes efetivos, àquelas previstas no Estatuto do Magistério de Echaporã.

Sendo assim, apresentamos as mudanças a serem tratadas para alteração do referido diploma municipal.

Certo de poder contar a valiosíssima atenção dos nobres representantes do povo de Echaporã encaminho o Projeto de Lei, esperando que o mesmo seja aprovado.

**LUIS GUSTAVO EVANGELISTA**  
Prefeito Municipal.

A Vossa Excelência, o Senhor:  
**LUIS CESAR DOS SANTOS**  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA.  
**ECHAPORÃ - SP**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

*Cópia*

### LEI MUNICIPAL N° 1928/2017

**"Dispõe sobre a contratação por prazo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências"**

**LUIS GUSTAVO EVANGELISTA**, Prefeito Municipal de Echaporã, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal de Echaporã aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Para Atender à necessidade temporária de excepcional interesse público poderá ser efetuada contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Parágrafo único: Fica vedada a contratação para os serviços ordinários do Estado, que devam estar sob o espectro das contingências normais da referida Administração.

**Art. 2º.** Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, as seguintes situações:

I - Urgência e inadiabilidade de atendimento de situações de calamidade pública, emergência ambiental e emergência em saúde pública, que possam comprometer ou ocasionar prejuízo à saúde ou à segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

II - Necessidade de pessoal em área de prestação de serviços essenciais, em decorrência de:

- a) dispensa demissão, exoneração, falecimento e aposentadoria do titular do cargo;
- b) criação de novas unidades ou ampliação das já existentes;
- c) afastamentos que a lei considera como efetivo exercício; e
- d) licença para tratamento de saúde.

III - Necessidade justificada de execução de função eventual, transitória e determinada:

- a) relativa à consecução de projetos de informatização;
- b) de natureza técnica nas áreas de pesquisa científica, tecnológica, educacional e cultural; e





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

c) de natureza didático-pedagógica em escolas municipais;

IV - Para suprir atividade finalística na área de saúde e saneamento básico do município, nas hipóteses previstas no inciso II deste artigo;

V - Para suprir atividade docente da área de ensino público municipal, que poderá ser feita nas hipóteses previstas no inciso II deste artigo e, ainda, quando:

- a) o número reduzido de aulas não justificar a criação de cargo correspondente;
- b) houver saldo de aulas disponíveis, até o provimento do cargo correspondente; e
- c) ocorrer impedimento ou falta do responsável pela regência de classe ou magistério das aulas, sendo que, neste caso, por tratar-se de necessidade imediata, a Secretaria da Educação poderá se valer do cadastro reserva oriundo da lista de concurso ou processo seletivo vigente, respectivamente.

VI - Atividades finalística do município decorrentes de Convênios firmados com entidades de direito público interno;

VII - recenseamento;

VIII - combate de surtos epidêmicos.

**Art. 3º.** A contratação será efetuada pelo prazo estritamente necessário para atender às hipóteses previstas nesta lei, observada dotação orçamentária correspondente, a existência de recursos financeiros e o prazo máximo de até 12 (doze) meses, ressalvada, quanto à vigência, a contratação para a função docente, que fica limitada ao ano letivo fixado no calendário escolar.

**§ 1º.** - As pessoas interessadas na contratação deverão apresentar, no prazo legal, os seguintes documentos no Departamento competente da Municipalidade:

- I - prova de nacionalidade brasileira ou de naturalizado;
- II - ter completado 18 anos de idade;
- III - estar em gozo de seus direitos políticos;
- IV - estar quites com as obrigações eleitorais;
- V - prova de estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar;
- VI - títulos científicos em profissionais que comprovem a habilitação para o desempenho de atuação técnica, reconhecidamente especializada.

**§ 2º.** Os direitos e obrigações decorrentes da contratação para a função docente ficarão suspensos sempre que ao contratado não forem atribuídas aulas, sendo-lhe facultado, no período de vigência do contrato, aceitar ou não as que forem oferecidas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

§ 3º. Findo o prazo de vigência, o contrato estará automaticamente rescindido.

**Art. 4º.** As contratações de que trata esta Lei serão obrigatoriamente regidas pela Constituição Federal, notadamente pelo artigo 37, IX e com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

**Art. 5º.** O recrutamento e seleção do pessoal a ser contratado, nos termos desta lei, será mediante Processo Seletivo Simplificado, de provas ou de provas e de títulos, sujeito à ampla divulgação, prescindindo de concurso público e observados os critérios e condições estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública prescindirá de processo seletivo.

**Art. 6º.** É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de empresas públicas, de economia mista, suas subsidiárias e controladas pelo poder público.

**Parágrafo Único.** Executam-se do disposto no caput deste artigo, as contratações para atividades finalísticas da saúde e educação.

**Art. 7º.** A remuneração do pessoal contratado nos termos desta lei será fixada em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores públicos de cargo igual ou equivalente.

**Parágrafo Único.** Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores públicos ocupante de cargos públicos tomados como paradigma.

**Art. 8º.** O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

- I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de função gratificada; e
- III - ser novamente contratado, com fundamento nesta lei, antes de decorridos 01 (um) mês do encerramento do seu contrato anterior, salvo nas hipóteses dos incisos I, IV e





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

V, do art. 2º desta lei, mediante prévia justificativa, dotação orçamentária específica, realização de Processo Seletivo Simplificado, se for o caso, e autorização do Prefeito Municipal.

**§ 1º.** O contratado nos termos desta Lei estará sujeito aos mesmos deveres, proibições e responsabilidades previstas no Estatuto do Funcionário Público de Echaporã.

**§ 2º.** Aplicam-se aos docentes contratados as disposições do Estatuto do Magistério de Echaporã.

**Art. 9º.** As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta lei serão obrigatoriamente apuradas mediante sindicância, concluída no prazo máximo de trinta dias e assegurada ampla defesa, podendo referido prazo ser prorrogado por igual período desde que justificado.

**Art. 10.** O contrato celebrado com fundamento nesta lei extinguir-se-á antes do término de sua vigência:

I - por iniciativa do contratado;

II - com o retorno do titular, nas hipóteses previstas nas alíneas "c" e "d" do inciso II e alínea "c" do inciso V do artigo 2º desta lei;

III - pela extinção ou conclusão do objeto, nas hipóteses previstas nos incisos I e III do artigo 2º desta lei;

IV - por descumprimento de obrigação legal ou contratual por parte do contratado;

V - com o provimento do cargo correspondente;

VI - com a criação ou classificação do cargo e respectivo provimento, nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do inciso V do artigo 2º desta lei;

VII - nas hipóteses de o contratado:

a) preencher a vaga relativa ao concurso público para o qual foi aprovado, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 5º desta lei;

b) ser convocado para o serviço militar obrigatório ou serviço civil alternativo, quando houver incompatibilidade de horário; e

c) assumir mandato eletivo que implique afastamento do serviço.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

VIII - Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante aviso dado à outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

IX - Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias;

X - Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XI - Por conveniência da Administração:

- a) Em caso de necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;
- b) Extinção/fechamento de classes; e
- c) Diminuição do número de alunos.

**§1º.** A extinção do contrato com fundamento nos incisos I a X deste artigo far-se-á sem direito a indenização.

**§ 2º.** Na hipótese do inciso IV deste artigo, previamente ao ato que rescindir o contrato, será assegurada ao contratado a faculdade de exercer o direito de defesa, no prazo de 03 (três) dias úteis, devendo o procedimento ser concluído dentro de 10 (dez) dias contados da data do protocolo das razões de defesa ou do decurso do prazo para apresentá-la.

**Art. 11.** Fica assegurado ao contratado nos termos desta lei:

I - o décimo terceiro salário, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração superior a 15 (quinze) dias; e

II - o pagamento das férias, se decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função.

**Art. 12.** O contratado perderá a totalidade da remuneração do dia quando comparecer ou retirar-se do serviço fora de horário, ressalvadas as hipóteses previstas em decreto e os casos de consulta ou tratamento de saúde, previstos em lei.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ**

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 44.470.300/0001-00

**Art. 13.** Sem prejuízo da nulidade do contrato, a inobservância das disposições desta lei importará responsabilidade administrativa da autoridade signatária e do contratado, e, se for o caso, solidariedade quanto à devolução de valores percebidos pelo contratado.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15.** Revogam-se as disposições em contrário.

Echaporã/SP, em 03 de maio de 2017.

  
**LUIS GUSTAVO EVANGELISTA**  
**Prefeito Municipal**

supra.

Publicada e registrada nesta Secretaria na mesma data

  
**ELIANDRO NOGUEIRA DA SILVA**  
**Secretario**